

# SUMÁRIO

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>17</b>
------------------------------------	-----------

---

## 1

<b>DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>19</b>
---------------------------------	-----------

---

1.1 Democracia, soberania popular e os direitos políticos.....	19
1.2 Conteúdo dos direitos políticos .....	24
1.2.1 Direito de votar .....	26
1.2.1.1 Direito de votar em eleições.....	27
1.2.1.2 Direito de votar em plebiscitos, referendos e con-	
sultas populares.....	31
1.2.2 Direito de ser votado.....	33
1.2.3 Iniciativa popular.....	35
1.3 Perda e suspensão dos direitos políticos.....	37
1.3.1 Cancelamento da naturalização e aquisição de outra	
nacionalidade.....	39
1.3.2 Incapacidade civil absoluta.....	42
1.3.3 Condenação criminal transitada em julgado .....	45
1.3.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou presta-	
ção alternativa .....	50
1.3.5 Improbidade administrativa.....	52
1.3.6 Prestação do serviço militar obrigatório.....	54
1.3.7 Exercício dos direitos políticos por brasileiros em Portugal..	56

## 2

<b>ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE .....</b>	<b>59</b>
--	-----------

---

2.1 Conceito e natureza jurídica da elegibilidade.....	59
--	----

2.1.1	A teoria clássica: elegibilidade como direito subjetivo do cidadão.....	61
2.1.2	A elegibilidade como efeito jurídico do registro de candidatura .....	63
2.1.3	Análise crítica das teorias e prevalência da posição clássica .....	66
2.2	Definição da inelegibilidade .....	77
2.2.1	Tipicidade estrita das causas de inelegibilidade.....	78
2.2.2	Fundamentos justificantes da inelegibilidade.....	83
2.2.3	Prazos da inelegibilidade .....	88
2.2.4	Classificação das espécies de inelegibilidade .....	91
2.3	Elegibilidade, inelegibilidade e não elegibilidade: distinção dos conceitos.....	95
2.4	Condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade: diferenças essenciais .....	103
2.4.1	Analfabetismo e alfabetização.....	108
2.4.2	Incompatibilidades.....	110
2.4.3	O alistamento eleitoral e os inalistáveis .....	115

### 3

	<b>REQUISITOS POSITIVOS DA ELEGIBILIDADE.....</b>	<b>119</b>
3.1	Condições de elegibilidade.....	119
3.1.1	Nacionalidade brasileira (e os portugueses em caso de reciprocidade de direitos aos brasileiros em Portugal).....	123
3.1.2	Alistamento eleitoral.....	125
3.1.3	Pleno exercício dos direitos políticos e a certidão de quitação eleitoral.....	127
3.1.3.1	Pagamento de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral.....	130
3.1.3.2	Apresentação de contas de campanha eleitoral.....	132
3.1.4	Domicílio eleitoral na circunscrição .....	136
3.1.5	Filiação partidária .....	138
3.1.6	Idade mínima.....	142
3.1.7	Ser escolhido em convenção partidária .....	143
3.2	Requisitos formais do processo judicial de registro de candidatura .....	145

# 4

<b>DISCUSSÕES RELEVANTES SOBRE A INELEGIBILIDADE .....</b>	<b>151</b>
4.1 Inelegibilidade e sanção jurídica .....	152
4.1.1 Aplicação específica do tema e sua importância na teoria da elegibilidade .....	152
4.1.2 A inelegibilidade e os diferentes tipos de sanção na norma jurídica.....	154
4.1.3 Ausência de sanção nas hipóteses do art. 1º, I, da LC n.º 64/1990 .....	159
4.1.4 A “sanção de inelegibilidade” do art. 22, XIV, da LC n.º 64/1990 .....	171
4.1.4.1 Incidência cumulativa da sanção de inelegibilidade do art. 22, XIX, e das causas de inelegibilidade das alíneas “d” ou “h” do art. 1º, I, da LC n.º 64/1990 .....	179
4.2 Aplicação retroativa das hipóteses de inelegibilidade da LC n.º 64/1990 .....	187
4.3 Compatibilidade da inelegibilidade com o princípio da presunção de inocência.....	197
4.3.1 Vinculação do princípio da presunção de inocência ao Direito Penal .....	200
4.3.2 Constitucionalidade do marco temporal estabelecido para início da inelegibilidade a partir da decisão judicial colegiada .....	205
4.4 A inelegibilidade e as demais situações de não elegibilidade .....	212
4.4.1 Sanções de cassação ou cancelamento do registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de atos ilícitos na campanha eleitoral .....	212
4.4.1.1 Infrações aos arts. 30-A, 41-A e 73 ss. da Lei das Eleições e a prática de abuso de poder (político ou econômico), corrupção ou fraude.....	214
4.4.1.2 Irregularidades na propaganda eleitoral veiculada no rádio e na televisão (art. 45, VI e § 1º, da Lei das Eleições).....	221
4.4.2 A penalidade de inabilitação para o exercício de função pública.....	225

## 5

### **IMPUGNAÇÃO DA ELEGIBILIDADE: MOMENTOS, FORMAS E JULGAMENTO** ..... 231

- 5.1 Notas sobre a estrutura e instâncias da Justiça Eleitoral e os marcos temporais do processo de registro de candidatura..... 232
- 5.2 Momentos de verificação e satisfação dos pressupostos gerais da elegibilidade..... 239
  - 5.2.1 Alterações supervenientes ao registro em benefício do candidato (atendimento de condição de elegibilidade ou afastamento de inelegibilidade)..... 242
  - 5.2.2 Suspensão do ato decisório que deu origem à causa de inelegibilidade e a aplicação do art. 26-C da LC n.º 64/1990 ..... 248
- 5.3 Impugnação da elegibilidade no processo de registro de candidatura (causas preexistentes e supervenientes ao pedido de registro)..... 254
  - 5.3.1 A ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC).... 259
  - 5.3.2 A notícia de inelegibilidade ..... 260
  - 5.3.3 Atuação de ofício da Justiça Eleitoral ..... 262
- 5.4 Impugnação da elegibilidade no Recurso contra Expedição de Diploma (RCED)..... 266
  - 5.4.1 Alterações supervenientes ao RCED em benefício do candidato ..... 273
- 5.5 Apreciação pela Justiça Eleitoral dos atos que ensejam o descumprimento das condições de elegibilidade ou a incidência de inelegibilidade..... 277
- 5.6 Candidatos inelegíveis ou não registrados: nulidade e aproveitamento dos votos, novas eleições e indivisibilidade da chapa majoritária..... 283

## 6

### **CONCLUSÕES** ..... 289

### **BIBLIOGRAFIA** ..... 309